

Resumo do Painel **VÍNCULO SEGURO, FAMÍLIA E ACOLHIMENTO**

Participaram neste painel, o **Prof. Dr. Emílio Salgueiro**, a **Prof.ª Dra. Manuela Veríssimo**, a **Prof.ª Dra. Filomena Gaspar**, a **Dra. Carla Lima** e a **Dra. Ana Gaspar**, oradores que nos deram a oportunidade de conhecer quais são as principais descobertas trazidas pela investigação científica ao nível da vinculação e desenvolvimento, bem como sobre a situação de Portugal em relação às suas práticas, designadamente sobre algumas das políticas públicas nacionais de promoção da parentalidade (positiva, consciente, responsável) e sobre os caminhos feitos nos contextos desafiantes que configuram o acolhimento residencial e o acolhimento familiar, quando se continua a investir nos vínculos iniciais, mas também se precisa de fazer reparação, promover a qualidade e desenvolver novos vínculos, com novas famílias.

O **Prof.º Emílio Salgueiro**, primeiro orador a lançar o tema, falou-nos sobre “saúde mental infantil, sobre boas e más vinculações”. Foi sublinhado que o impacto dos conhecimentos científicos, designadamente sobre o conceito de vinculação, intersubjectividade precoce, neurónios-espelho e experiências primitivas de perda, ainda não penetrou o suficiente, nem no pensamento, nem na prática clínica correntes. Falou-nos também sobre a sociabilidade do bebé e os protodiálogos, que constroem cumplicidades e são criadores da empatia, da capacidade de sintonização afectiva, que mãe e bebé utilizariam para se entenderem, da ressonância mútua, da teoria tradicional da vinculação e da teoria de companheirismo (companionship).

Na sua intervenção, referiu que a psicopatologia mais complexa tem raízes precoces e que a árvore do nascimento precoce da humanização do bebé tem de ser muito bem cuidada e alimentada. Por último, evidenciou o papel do educador na comunicação intersubjectiva primária, que deve estar disponível para uma postura de acolhimento, de contenção, de suporte, de organização e de estimulação afectivo-cognitiva, ajustada a cada criança concreta.

A segunda oradora, **Prof.ª Manuela Veríssimo**, falou-nos sobre as principais evidências científicas na área de desenvolvimento social nas 1ª(s) relações de vinculação. Sublinhou que a teoria da vinculação pressupõe a construção de um modelo interno dinâmico, que pode construir-se com várias pessoas e não exclusivamente com a figura materna.

Da experiência de investigação realizada, identificou vários estudos longitudinais, destacando algumas conclusões e reflexões: a) Devemos falar mais de relações de vinculação, do que de crianças seguras. A criança pode ter relações de vinculação seguras e inseguras com os diferentes cuidadores, pai ou mãe. Não são as características da criança que determinam a qualidade das relações; b) A segurança da vinculação (com o pai ou com a mãe) prevê a competência social, mas também a relação emocional e a auto-regulação; c) As crianças que têm modelos internos seguros foram descritas pelos

seus professores como tendo mais competências sociais e um menor número de comportamentos externalizantes; d) As crianças seguras demonstram uma maior capacidade de descentração afetiva e também maior conhecimento ao nível do conhecimento das suas emoções; e) Nas crianças com vinculação insegura, as competências verbais parecem ser promotoras de uma melhor relação com as suas educadoras; f) Relação existente entre os valores da oxitocina e os comportamentos de oposição e de depressão das crianças. g) Nas crianças a frequentar o ensino primário, a qualidade da vinculação ao pai e à mãe está relacionada com a qualidade da amizade. Nos adolescentes, a qualidade da vinculação, modera a relação com a qualidade do sono e os comportamentos de riscos.

A Prof.^a Manuel Veríssimo referiu ainda que “Uma teoria que explica tudo, não explica nada” e que não nos devemos centrar apenas na família para explicar e compreender o processo de desenvolvimento, mas antes no conjunto de circunstâncias da vida da criança, realçando as relações de amizade e a aceitação dos pares, como aspectos promotores da auto-estima e funcionando como compensadoras de necessidades iniciais.

Por último, a Prof.^a Manuela Veríssimo venceu a importância da comunicabilidade entre a academia e a prática, sugerindo algumas leituras designadamente um artigo assinado por um grupo de 60 investigadores na área da vinculação, que procura explicar os conceitos básicos da teoria da vinculação e chamar à atenção sobre a forma como se transmite o conhecimento sobre este tema.

Neste seguimento sobre a criança e a sua circunstância, os educadores, os professores, os psicólogos e outros profissionais, bem como a própria comunidade, podem ter um papel compensador, designadamente com famílias em situação de vulnerabilidade. Foi este o ponto de partida para a terceira intervenção, com a **Prof.^a Filomena Gaspar**, que nos falou sobre “Como promover vinculações seguras para o desenvolvimento de uma “parentalidade positiva”.

Sabemos tanta coisa... E agora?, foi a pergunta de lançamento para os inúmeros desafios que identificou, cuja utopia motivadora foi dirigida à pergunta de fundo: Perante o conhecimento que temos, como é que podemos reduzir a pobreza, reduzir as desigualdades e aumentar a equidade?

Referiu-nos que a translação dos resultados da investigação para a prática é essencial, destacando duas etapas: desenhar intervenções que sejam eficazes e escalar esses resultados para o mundo real, i.e., para as famílias, para os serviços e para as comunidades. O papel dos educadores, que são os arquitetos do desenvolvimento, é de enorme importância para a promoção das relações de qualidade, reforçou.

Referiu que há uma grande diversidade de programas e que não existe acordo sobre o conceito da parentalidade. Quais são as competências que integra? Sublinhou que “o

como fazer” também tem impacto sobre a qualidade dos resultados dos programas de promoção da parentalidade, e ainda que o perfil dos profissionais é relevantíssimo, no que concerne à sua formação e supervisão. Não basta, portanto, ter bons programas, afirmou, reconhecendo que os profissionais colaborativos e parceiros das famílias são aqueles que são necessários para obter bons resultados. Sublinhou ainda que a investigação deve olhar para o custo-benefício e para além do “pré” e “pós” (clássica investigação), bem como ter em atenção para “quem” beneficia, “quando” ou em que circunstâncias pode beneficiar.

Das intervenções baseadas nas evidências, foi destacado o programa *Incredible Years*, de Carolyn Webster-Stratton, que tem matriz sistémica e ecológica e que tem eficácia reconhecida em Portugal. Este programa está a ser desenvolvido no âmbito do Projeto Adélia, promovido pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. Este projeto, visa promover a capacitação das famílias para o exercício de uma parentalidade responsável e potenciar a intervenção das ECMIJ (Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude) e das CPCJ (Comissões de Proteção de Crianças e Jovens). Para além do *Incredible Years*, também se encontram a decorrer outros dois programas, que integram o projeto Adélia: o Programa “+ Família + Jovem” e o Programa “Crianças no Meio do Conflito”.

Referiu ainda a importância do conhecimento científico para o desenho de políticas públicas, tendo destacado a Estratégia Nacional para os Direitos da Criança 2021-2024, como instrumento estratégico e integrado de combate às desigualdades e pobreza infantil. Afirmou o direito à creche como um direito essencial da criança.

No seguimento da intervenção da Prof.^a Filomena Gaspar, o painel trouxe para o palco o tema das crianças em perigo (artigo Nº 3 da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo), com a intervenção da **Dra. Carla Lima** e da **Dra. Ana Gaspar**.

Neste contexto, foi recordado que as descobertas das neurociências nos mostram que as crianças vítimas de maus tratos têm muito menor atividade sináptica do que as outras. As experiências traumáticas (como o abandono, a negligência, o abuso físico, emocional ou sexual), têm impacto no desenvolvimento, nomeadamente na maturação do sistema nervoso central.

É no quadro da violação dos direitos da criança, que os Tribunais e as CPCJ podem ter que aplicar medidas de promoção e proteção que visam afastá-la da situação de perigo em que se encontra. As medidas de acolhimento residencial e de acolhimento familiar são necessárias e indicadas para diferentes situações familiares e circunstâncias da criança. A Dr.^a Carla Lima e a Dr.^a Ana Gaspar, falaram-nos sobre a promoção da vinculação segura no contexto do acolhimento residencial e sobre o “estado de arte” do acolhimento familiar em Portugal, no que se refere às ações concretas promovidas pela SCML.

A **Dra. Carla Lima**, referiu que a existência de laços filiais não garante a existência de vinculações protetoras e que, nessas circunstâncias, por vezes a resposta protetiva tem que ser assegurada através da aplicação de medidas de colocação, que consistem no acolhimento residencial ou familiar. Realçou que o tempo médio de acolhimento em Portugal ainda é demasiado alto, entre 3 anos (dados CASA 2019) a 4 anos (CASA 2018) e que para inverter esta situação é necessário respeitar o tempo da criança, nomeadamente através da definição rigorosa do seu projeto de vida. Evidenciou também a importância do envolvimento das famílias nas dinâmicas das casas de acolhimento e no processo de capacitação parental, bem como a necessidade de se desenvolverem e se investir em intervenções especializadas com as famílias. Este investimento, referiu, também depende muito do trabalho colaborativo entre as equipas que trabalham nos contextos em meio natural de vida e no acolhimento, devendo estabelecer e desenvolver ações e estratégias conjuntas e integradas. Ainda assim, a Dra. Carla Lima reconheceu que, nos últimos anos, se tem assistido à qualificação do acolhimento residencial, com uma melhoria na intervenção, designadamente através da formação e supervisão das equipas.

A **Dra. Ana Gaspar**, falou-nos sobre o PROGRAMA LxACOLHE, iniciativa promovida pela SCML, que tem atualmente uma grande visibilidade em Portugal. Em novembro de 2019, a SCML lançou uma campanha de captação de famílias de acolhimento, tendo como objetivo, em quatro anos, a constituição de uma bolsa de 100 famílias de acolhimento nos concelhos da NUT 3 (Lisboa).

A Dra. Ana Gaspar, recordou que, ao contrário do que acontece nos restantes países da Europa, a esmagadora maioria das crianças que necessita de uma medida de colocação encontra-se institucionalizada e que o acolhimento familiar assume uma expressão ainda residual no panorama nacional, representando apenas cerca de 3% do total de acolhimentos (Relatório CASA, 2019).

A intervenção técnica neste contexto do acolhimento familiar, assume particular complexidade, uma vez que assenta numa realidade triangular estabelecida entre a criança, a sua família e a família de acolhimento (que a acolhe durante o período necessário à concretização do seu projeto de vida). Realçou o papel relevante do gestor (EMAT/EATTL ou CPCJ) do processo da criança na garantia da comunicação, colaboração e ação concertada, atendendo ao superior interesse da criança.

Sublinhou, neste contexto de significativa complexidade da intervenção, que o contexto da vinculação se afigura como particularmente desafiante, onde a criança é beneficiária de intervenção reparadora e protetiva, mantendo os laços afetivos com a família de origem e desenvolvendo relação com uma nova família. Além desta dupla vinculação, é condição de aplicação desta medida, o desenvolvimento de uma relação de cooperação e de parentalidade plural entre as duas famílias, assente nas necessidades da criança acolhida.

Em jeito de síntese, ficou claro que, cada um em seu lugar, tem responsabilidade na construção de uma sociedade mais justa para a criança e que, nessa medida, todos somos agentes públicos de promoção do desenvolvimento infantil. No atual contexto de complexidade que vivemos, com os efeitos da pandemia, sabemos que se agravaram as desigualdades sociais e que é urgente estabelecer pontes entre os diversos sistemas, numa lógica de intervenção em rede e reforçar o sistema de proteção às famílias e comunidades mais vulneráveis.

Todos os oradores evidenciaram a lacuna entre o que sabemos sobre a importância do investimento na primeira infância e a realidade vivida pelas crianças portuguesas. O imperativo ético é o da colaboração para **priorizar os investimentos e as políticas que capacitem e fortaleçam as famílias para que tenham condições de proporcionar às crianças um vínculo seguro e um ambiente saudável, protetor e estimulante**, como defende a *Campanha Primeiros Anos, a Nossa Prioridade*.

Joana Garcia da Fonseca